Projeto de Lei do Senado n° 218, de 2010

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Iniciativa:

Ementa:

Modifica as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para disciplinar a obrigatoriedade de manifestação e os efeitos da participação dos órgãos consultivos da advocacia pública em processos administrativos.

Explicação da Ementa:

Modifica a redação do § único do art. 38 e acrescenta o § 9º ao art. 65, os artigos 93-A, 93-B, os §§ 3º e 4º ao art. 113 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 ¿ Lei de Licitações e Contratos, acrescenta o § 4º ao art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, acrescenta o inciso VIII ao art. 11 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, e acrescenta o artigo 305 ¿ A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 ¿ Código Penal, para dispor que as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes, devem ser previamente examinadas e aprovadas, no âmbito de cada esfera de Poder, pelos núcleos consultivos de seus órgãos superiores de assessoramento jurídico; estabelece que as propostas de alterações no contrato deverão ser previamente submetidas ao órgão da advocacia pública competente; estabelece a pena de detenção, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa, sem prejuízo da responsabilização por improbidade administrativa para quem deixar de cumprir tal determinação; dispõe que a autoridade administrativa, na hipótese de não acolher, integral ou parcialmente, o parecer exarado pelo órgão da advocacia pública na edição do ato decisório, deverá comunicar tal fato aos órgãos responsáveis pelo controle interno competentes

Assunto: Administração Pública - Licitação e Contratos

Data de Leitura: 10/08/2010

Tramitação encerrada

Decisão: Rejeitada por Comissão em decisão

Último local: -

Destino: Ao arquivo

Último estado: 20/04/2011 - ARQUIVADA

Matérias Relacionadas:

Sugestão nº 4 de 2009

Despacho:

10/08/2010 (despacho inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Alvaro Dias (encerrado em 22/12/2010 - Fim de Legislatura)

Senador Alvaro Dias (encerrado em 06/04/2011 - Vencido)

Senador Lindbergh Farias (encerrado em 06/04/2011 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

05/06/2012 SF-SARQ - Secretaria de Arquivo

Ação: Processo Arquivado.

04/06/2012 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Juntado, às fls. 83/88, o Of.PR-1134/2011, do Instituto dos Advogados Brasileiros, comunicando a aprovação da indicação nº 69/2010, a respeito da matéria.

04/06/2012 SF-SARQ - Secretaria de Arquivo

Ação: PROCESSO ENCAMINHADO À SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO POR SOLICITAÇÃO.

26/04/2011 SF-SARQ - Secretaria de Arquivo

Ação: PROCESSO ARQUIVADO.

20/04/2011 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: ARQUIVADA

Ação: A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do presente projeto.

Publicado no DSF Páginas 12035

20/04/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação do término de prazo para interposição de recurso.

15/04/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Prazo para interposição de recurso: 18/04/2011 a 19/04/2011.

15/04/2011 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Ação: Leitura do Parecer nº 124, de 2011-CCJ, relator Senador Lindbergh Farias, concluindo pela rejeição.
De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

Publicado no DSF Páginas 11607-11641

14/04/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

Ação: Juntada, às fls. 56 a 61, legislação citada no Parecer.

Aguardando leitura do Parecer da CCJ.

TRAMITAÇÃO

07/04/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste órgão, às 11h54.

07/04/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SSCLSF, para prosseguimento da tramitação.

06/04/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 7ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, durante a discussão, o Senador Aloysio Nunes Ferreira apresenta as Emendas nºs 1 e 2, acolhidas pelo Relator, Senador Alvaro Dias.

A Comissão rejeita o Relatório do Senador Alvaro Dias.

A Presidência designa Relator do Vencido o Senador Lindbergh Farias.

É aprovado o Voto em Separado do Senador Lindbergh Farias, que passa a constituir Parecer da CCJ, contrário ao Projeto.

Votam vencidos os Senadores Aloysio Nunes e Alvaro Dias.

05/04/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Recebido Voto em Separado do Senador Lindgergh Farias, contrário ao Projeto.

Matéria incluída na Pauta da Comissão.

16/03/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO

Ação: Na 5ª Reunião Ordinária realizada em 16/03/2011, a Presidência concede vista ao Senador Lindbergh Farias, nos termos regimentais.

Encaminhada cópia do Relatório do Senador Alvaro Dias e do avulso da matéria.

03/03/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Devolvido pelo Senador Alvaro Dias, sem alteração no relatório.
Matéria incluída na Pauta da Comissão.

03/03/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Alvaro Dias, para emitir relatório.

14/01/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

TRAMITAÇÃO

Ação: Recebido na Comissão nesta data.
Matéria aguardando designação de Relator.

13/01/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado Federal.

A matéria volta à CCJ.

22/12/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SCLSF, em cumprimento ao disposto no art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal (Final da 53ª Legislatura).

09/12/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o Relatório reformulado do Senador Alvaro Dias, com voto favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

29/11/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Encaminhado ao gabinete do Relator, Senador Alvaro Dias, para reexame do relatório.

16/11/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

20/10/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o Relatório do Senador Alvaro Dias, com voto favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

05/10/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Alvaro Dias, para emitir relatório.

10/08/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição.

TRAMITAÇÃO

10/08/2010 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: O presente Projeto foi apresentado como conclusão do Parecer nº 1.194, de 2010-CDH, relator Senador Paulo Paim, sobre a Sugestão nº 4, de 2009.
Nos termos do art. 102-E, parágrafo único, I, do Regimento Interno, a matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para exame do mérito.
À CCJ.

Publicado no DSF Páginas 40596

Publicado no DSF Páginas 40416-40425

10/08/2010 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Autuado como PLS 00218 2010, proveniente da SUG 00004 2009.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 218/2010

Data: 10/08/2010

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Local: null

Descrição/Ementa: Modifica as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para disciplinar a obrigatoriedade de manifestação e os efeitos da participação dos órgãos consultivos da advocacia pública em processos administrativos.

Texto inicial - Projeto de Lei

Data: 10/08/2010

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: O presente Projeto foi apresentado como conclusão do Parecer nº 1.194, de 2010-CDH, relator Senador Paulo Paim, sobre a Sugestão nº 4, de 2009.
Nos termos do art. 102-E, parágrafo único, I, do Regimento Interno, a matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para exame do mérito.
À CCJ.

Relatório Legislativo

Data: 20/10/2010

Autor: Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido o Relatório do Senador Alvaro Dias, com voto favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Relatório Legislativo

Data: 09/12/2010

Autor: Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

DOCUMENTOS

Ação Legislativa: Recebido o Relatório reformulado do Senador Alvaro Dias, com voto favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Voto em Separado

Data: 05/04/2011

Autor: -

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido Voto em Separado do Senador Lindgergh Farias, contrário ao Projeto.

Matéria incluída na Pauta da Comissão.

Parecer

Data: 06/04/2011

Autor: -

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 7ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, durante a discussão, o Senador Aloysio Nunes Ferreira apresenta as Emendas nºs 1 e 2, acolhidas pelo Relator, Senador Alvaro Dias.

A Comissão rejeita o Relatório do Senador Alvaro Dias.

A Presidência designa Relator do Vencido o Senador Lindbergh Farias.

É aprovado o Voto em Separado do Senador Lindbergh Farias, que passa a constituir Parecer da CCJ, contrário ao Projeto.

Votam vencidos os Senadores Aloysio Nunes e Alvaro Dias.

P.S 124/2011

Data: 15/04/2011

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura do Parecer nº 124, de 2011-CCJ, relator Senador Lindbergh Farias, concluindo pela rejeição.
De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.